

BRIEF n.º 02
Agosto 2015

MAS AFINAL QUANTOS PAÍSES ANGOLA TEM?



Autor

Alves da Rocha, Investigador Director

MAS AFINAL QUANTOS PAÍSES ANGOLA TEM?

A pergunta é uma corruptela duma frase, mais ou menos feita, sobre o tempo: “perguntem ao tempo, quanto tempo o tempo de hoje tem”. Angola está ou não em crise económica e dificuldades financeiras? Alguns vêem o país duma maneira “soft” não havendo razões para alaridos, já que Angola tem pago aos seus credores e as reservas internacionais continuam vigorosas. Outras posições são mais realistas, elencando uma série de efeitos perversos sobre as finanças públicas e as receitas externas com incidência sobre a capacidade de crescimento do PIB e as condições de vida da população, sobretudo a de parques recursos. Portanto, num mesmo país parece que temos vários, consoante os ângulos de análise¹.

Exultei de satisfação quando as Contas Nacionais começaram a ser publicadas em 2012, apresentando uma série estatística razoável e, acima de tudo, credível. Ninguém mais pode ver o país sob lupas diferentes. Os agregados das Contas Nacionais são únicos e os seus valores foram obtidos usando-se as metodologias internacionalmente consagradas. Muita gente provavelmente não tem consciência do significado deste avanço, para o desenho das políticas públicas e para a investigação social e económica.

Igualmente rejubilei com o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014 com alguns resultados preliminares já publicados. Outra transformação estrutural de importância incalculável: é a única forma de nos conhecermos a nós próprios, de sabermos quantos somos, como estamos, onde estamos, de que forma vivemos, como nos relacionamos, etc. Também nesta dimensão todos temos o mesmo país para conhecer, estudar e analisar.

Só não entendo o porquê de as instituições do Estado, no caso particular das Contas Nacionais, não fazerem uso destas estatísticas. O mesmo se passa com as instituições internacionais. Não quero pensar que umas e outras têm dúvidas sobre o rigor dessas estatísticas, depois dos milhões de dólares gastos.

Os dados estatísticos disponíveis sobre preço do petróleo, suas exportações e receitas e quanto às reservas internacionais líquidas apontam ou não para a existência de uma crise financeira? O senhor Presidente da República entende claramente que sim, sendo a maior ilustração desse facto a orientação dada para a revisão imediata do OGE 2015, depois de o ter promulgado em Dezembro de 2014, por assentar em bases

¹ A crise económica e financeira internacional de 2008/2009 igualmente provocou diferentes leituras quanto à sua projecção sobre Angola. Mas nessa altura a maior parte das opiniões oficiais, mesmo de alto nível, foram no sentido de o país estar incólume aos seus efeitos. A meio de 2009, operou-se uma revisão profunda do OGE e reconheceu-se que afinal sempre que o preço e a procura internacional de petróleo se agitam Angola inevitavelmente sofre.

completamente irrealistas. E os ajustamentos em baixa de todas as rubricas orçamentais, incluindo dos sectores sociais (o seu valor absoluto diminuiu, embora o seu peso relativo na estrutura orçamental até tenha aumentado), estão já a desencadear efeitos perversos sobre o funcionamento da economia, cujo crescimento este ano não deverá ultrapassar 4%.

Mas existem posições oficiais em sentido contrário. Afinal acabamos por ter dois países dentro do mesmo país. Parece haver também vários países dentro de um único, tantas são as opiniões oficiais diferentes.

Evidentemente que para se concluir se o país está em crise económica ou não, existem indicadores para o efeito. Tecnicamente considera-se que uma economia está em crise quando apresentar taxas negativas de crescimento do PIB durante 3 trimestres consecutivos. E por aqui Angola não está na verdade em crise, muito embora falem indicadores de avaliação conjuntural do comportamento do nível geral da actividade económica. Mas as sucessivas revisões em baixa da taxa de variação real do PIB para 2015 e anos subsequentes é um sintoma de crise de crescimento económico. Opiniões oficiosas aparecidas em alguns artigos da imprensa nacional generalista apontam para 3,5% a taxa de crescimento económico para 2015. Oficialmente a revisão foi para 4,4%.

Instituições do Governo e estruturas do Partido no poder parece não terem uma idêntica opinião, havendo mesmo quem considere esta a grande oportunidade para a diversificação da economia. Mas fazê-la num contexto de escassez de meios financeiros fica difícil de perceber. No entanto, vale a pena dizer que, segundo os indicadores oficialmente utilizados, a economia nacional até pode estar em fase final de diversificação, ainda que se não conheçam ou não estejam estabelecidas metas temporais gerais e para algumas variáveis.

A taxa de crescimento do sector petrolífero é um desses indicadores, sustentando-se que tem sido mais baixa do que a da economia não petrolífera. Na verdade, até tem sido assim, mesmo em termos tendenciais entre 2002 e 2014. A questão coloca-se de agora em diante. A taxa de crescimento do petróleo tenderá a situar-se na vizinhança de zero por cento, devido aos compromissos assumidos por Angola na OPEP quanto à sua quota de produção. Em 2016 poderá ser atingida (dois milhões de barris diários) e, conseqüentemente, o crescimento será marginalmente de 0%. O que significa que, independentemente do seu peso relativo no PIB, a sua contribuição para o crescimento económico do país passará a ser nula. Evidentemente que mesmo nesta situação de grande adversidade, o sector petrolífero manter-se-á como o Banco Externo da economia nacional, ainda que numa clara posição de desaceleração (exportação de petróleo estagnada e preço do crude em decréscimo).

O outro indicador usado nos textos oficiais e partidários é justamente o peso relativo do PIB petrolífero no PIB total. A tese é a de que à medida que o mesmo diminui

se opera uma substituição pelo valor agregado de outros sectores de actividade e, conseqüentemente, a diversificação existe e está em marcha. Esta aritmética tem na verdade ocorrido, mas é necessário analisá-la mais de perto. O peso do não petrolífero pode aumentar pela simples contrapartida da diminuição do do petrolífero, mantendo-se a base de cálculo a mesma. Isto é o que se chama de alteração sem transformação. O importante é que os pesos relativos se alterem dentro de uma dinâmica de crescimento global. Isto configura uma alteração com transformação. Se o meu raciocínio anterior sobre o crescimento futuro do sector petrolífero estiver correcto, então e por este prisma, a economia estará diversificada, porque o peso do petrolífero acabará por se estabilizar em 10% ou 5%.

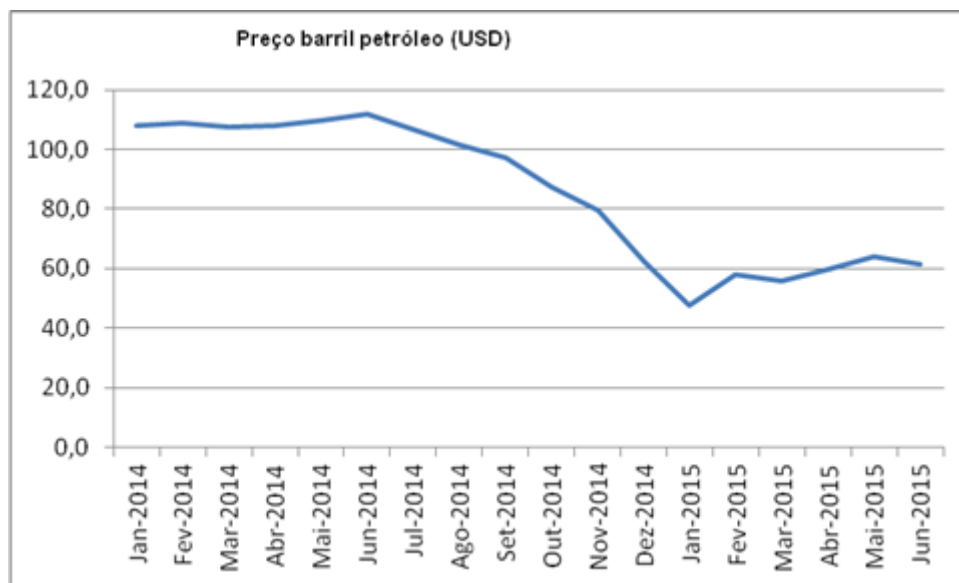
Claramente que não é assim a diversificação. Por vezes, no entanto, os raciocínios por redução ao absurdo têm a vantagem de tornar explícitas incongruências e inconsistências.

Na verdade, pretendo apenas sinalizar que estes indicadores não são os mais usuais para a análise dos processos de diversificação, nem sequer expressam as dinâmicas de transformação em causa, sendo, por isso, insuficientes. Numa situação de crescimento virtualmente de zero por cento do petróleo e num cenário de estabilização do preço do petróleo em \$55 o barril, o PIB deste sector diminuirá tendencialmente o respectivo valor. E não se pode perder de vista que as exportações de petróleo são, por enquanto e ainda num médio prazo longo, a única fonte de divisas da economia nacional, que não pode funcionar, com padrões mínimos de eficiência, sem o recurso às importações (insumos, matérias intermédias, equipamentos, etc.). Em última instância, sem divisas ou com insuficiência das mesmas, o sector não petrolífero tenderá a perder dinâmica de crescimento, com conseqüências negativas sobre a criação de emprego e a real e efectiva diversificação do sistema produtivo nacional.

Parece não haver uma assumpção pública da presente situação. Para alguns organismos do Estado trata-se de uma mera situação conjuntural e passageira, que poderá ser recuperada a breve trecho. O Ministro dos Petróleos em Setembro de 2014 declarava que o preço de petróleo de equilíbrio para a economia e as finanças públicas teria de ser pelo menos USD 80 o barril.

Entre Janeiro de 2014 e Junho de 2015 o preço internacional desta matéria-prima energética quebrou-se em 43,2%, com conseqüências dramáticas sobre a economia e o nível de vida da população. Não se deve perder de vista que todos nós continuamos a ter uma mentalidade rendeira – ainda não se conseguiu associar as remunerações dos factores de produção ao trabalho efectivamente prestado – baseada na obtenção de

facilidades monetárias derivadas da exploração do petróleo e dos respectivos rendimentos².



Fonte: Thonson Reuters

Outras opiniões oficiosas argumentam que o Estado não está falido, mas apenas parado. Não se sabe se está parado por estar falido, ou por uma inércia que lhe é peculiar, mesmo durante o período da grande bonança das receitas petrolíferas. Evidentemente, que os Estados não podem falir. O que normalmente se esgota são as políticas públicas e quem as aplica (daí a importância da democracia e da alternância do poder, uma democracia que se expresse em todos os espaços e tempos inter-eleições). E este esgotamento decorre ou da falta de competência em as aplicar ou do seu desajustamento da realidade que pretende alterar. Estas opiniões argumentam que não há crise no país porque os “nossos fundamentos macroeconómicos continuam sólidos”.

Analisemos então alguns dos chamados macroeconomic fundamentals da economia nacional:

- a) **Taxa de crescimento do PIB:** a economia nacional está envolvida por muitas fraquezas e desequilíbrios estruturais. A ilustração mais evidente desta afirmação está no facto de, depois da tempestade petrolífera de 2008/2009 que atirou o preço do barril para a casa dos 45 dólares e da recuperação quase imediata (2010) para níveis semelhantes aos anteriores, Angola nunca mais atingiu os padrões de crescimento do PIB registados até 2008 (11,2% neste ano). De acordo com as Contas

² “... moreover, a rentier culture forces many business to “partner” with members of the political and military elite. That the president’s daughter, Isabel dos Santos, is Africa’s first female billionaire is seen by human-rights groups as an indictment of the system”, in The Economist “Angola Still Much Too Oily” April 12th 2014.

Nacionais, os registos foram os seguintes: 2,1% em 2009, 3,6% em 2010, 1,8% em 2011, 5,8% em 2012, 3,9% em 2013 e 4,4% em 2014. Entre 2004 e 2008, a taxa média anual de variação real do PIB foi de 12,5%, enquanto a relativa ao período 2009/2014 foi de apenas 3,4%. Até 2020 e de acordo com as antecipações das mais reputadas agências internacionais de desenvolvimento (FMI, Banco Mundial, OCDE, BAD, EIU), a taxa média anual de variação real do PIB situar-se-á no intervalo 4%-5%³. Estas dinâmicas evidenciam que, na verdade, a economia nacional está numa fase de **desaceleração estrutural do seu crescimento económico**, que poderia ter sido contrariada com a diversificação das exportações e a criação duma massa crítica de procura nacional endógena (ainda que possam ser reconhecidos alguns avanços na redução da pobreza, o que é facto é que foram marginais e não sustentáveis e agora fortemente abalados pela crise do preço do petróleo).

- b) **Défice orçamental**: entre 2002 e 2014 o saldo orçamental acumulado foi de 29801,5 milhões de dólares⁴, uma média anual de 2709,2 milhões de dólares. Consequentemente e por este prisma, a saúde financeira do Estado parece sólida, dispendo, portanto, de poupanças públicas consideráveis (e aparentemente não comprometidas) que poderão ser as “munições” (de que alguns dirigentes governamentais falam) a injectar na economia a partir do segundo semestre de 2015. Mas mesmo assim, em 2014 o défice fiscal foi de 10087,8 milhões de dólares (7,8% do PIB) e em 2015 caminha-se para uma cifra aproximada. As receitas fiscais petrolíferas reduziram-se em 55% no primeiro semestre de 2015⁵, face a período homólogo do ano transacto e o seu valor só ficou acima do orçamentado porque no OGE 2015 Revisto o preço médio do barril de petróleo é de \$40⁶. A produção de petróleo tem registado cifras próximas das oficialmente programadas no plano financeiro do Estado e até tem aumentado. Só que o efeito-preço tem sido muito superior ao efeito-produção. Ou seja, deste ponto de vista os fundamentos macroeconómicos estão fragilizados⁷.

³ Ver “As perspectivas de desenvolvimento Económico de Angola até 2020”, CEIC, Working Paper Outubro de 2014.

⁴ É uma soma considerável porque se está a falar de poupança líquida do Estado.

⁵ Semanário Expansão, 24 de Julho de 2015, página 30.

⁶ A média do preço do barril entre Janeiro e Junho foi de USD 57,8.

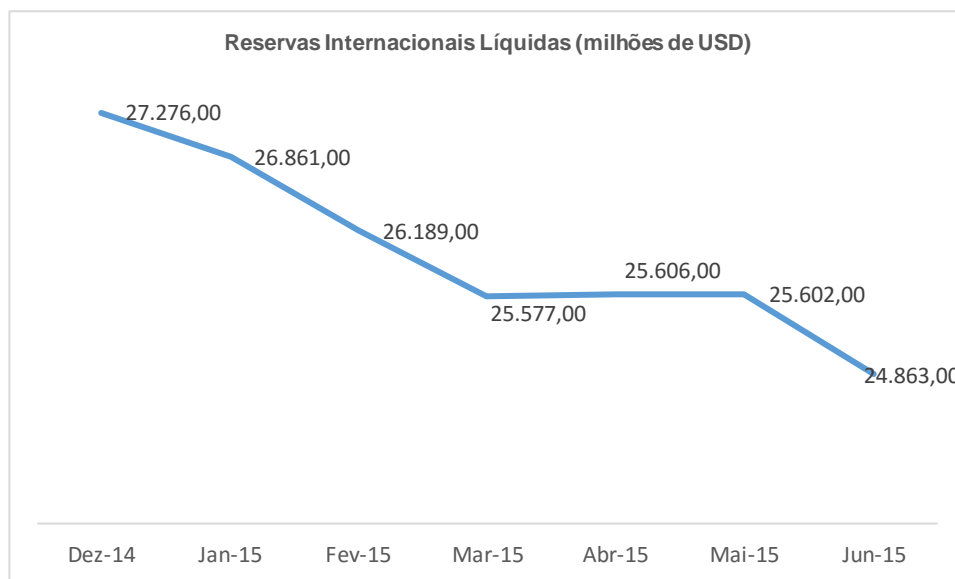
⁷ Uma forma de não agravar o défice fiscal é adiar, sistematicamente, o ressarcimento da dívida pública interna. Por falta de pagamento do Estado são já muitas as empresas que encerraram ou reduziram substancialmente a sua actividade, desempregaram os trabalhadores (com consequências que poderão ser sérias sobre o desemprego de longa duração e a perda de experiência da força de trabalho) e deixaram de pagar aos seus fornecedores. Está em marcha um fenómeno temido pelos economistas e conhecido

- c) **Taxa de inflação:** segundo as informações do INE, a inflação acumulada até final de Junho estava estimada em 5,55%, contra, por exemplo, 3,5% em 2014 e 4,27% em 2013 para o mesmo período. Está a ocorrer uma aceleração na subida dos preços em 2015 (cerca de 58,6%), contra uma evidente desaceleração da inflação ocorrida entre 2013 e 2014 (em redor de -18%). Este processo de aceleração do ritmo médio de aumento dos preços também é confirmado por outros ângulos de análise. A inflação homóloga passou de 6,89% em 2014, para 9,61% em 2015 (um incremento de 39,5%) – cifra que ultrapassa a meta estabelecida pelo Governo no OGE 2015 revisto de 9%. Desde Março do corrente ano que o ritmo de inflação da economia se está a acentuar. A taxa de inflação mensal passou de 0,53% em Janeiro, para 1,08% em Junho, mais do dobro. Ou seja, um ritmo médio mensal de subida dos preços de 12,6%.
- d) **Défice externo:** o saldo da balança global de pagamentos tem sido sistematicamente positivo desde 2010 (em 2009 foi negativo em 4,6 mil milhões de dólares por causa da crise financeira e económica internacional), mas com uma tendência francamente decrescente a partir de 2011. Em 2012 o seu valor foi de apenas 84,2 milhões de dólares, contra 4,6 mil milhões de dólares no ano anterior. Em 2014, o saldo foi de -2,7 mil milhões de dólares (o que não acontecia desde 2002, excluindo-se o epifenómeno de 2009). Apesar de o INE apresentar uma contracção das importações de 13,9% entre o IV trimestre de 2014 e o I trimestre de 2015, não é seguro que o comportamento desta variável possa ser sustentado no decurso dos restantes trimestres, porquanto mesmo para a economia crescer a uma taxa revista para cerca de 4%, as importações são necessárias. A não ser que, politicamente, se assuma claramente que a manutenção de índices aceitáveis neste “macroeconomic fundamental” tenha mais valor do que o crescimento do PIB. Outro sintoma de solidez comprometida neste item é o aumento de 65%, em variação homóloga, nas importações do I trimestre de 2014 para o I trimestre de 2015. Na outra componente da balança comercial, as exportações apresentam um comportamento sistematicamente negativo: diminuição de 24,5% entre o último trimestre de 2014 e o primeiro de 2015 e de 41,9% em variação trimestral homóloga do I trimestre. Ou seja, o efeito-preço nas exportações é significativo e as expectativas quanto ao comportamento do preço do petróleo

como “efeito contágio”. A excessiva intervenção do Estado na economia, medida, entre outros indicadores, pelo peso das despesas públicas de funcionamento e de investimento no PIB, é uma das razões de angústia dos empresários e de estrangulamento da economia. Sabe-se, no entanto, que é por esta via que o Governo “compra” favores, trafica influências e direcciona benesses aos seus seguidores.

continuam sombrias para Angola, colocando-se a respectiva fasquia em USD55 o barril até final do ano.

- e) **Reservas internacionais líquidas:** entre 2008 e 2009 o país perdeu quase cinco mil milhões de dólares, tendo-se gerado alguma especulação quanto às principais causas para esta tremenda queda (17499 milhões em 2008 e 12621 milhões em 2009). O preço médio do petróleo em 2008 foi de USD 96,8 o barril e em 2009 de USD 61,5, uma redução de 36,5% (efeitos da crise económica e financeira internacional deste período). Nos anos seguintes, a recuperação do montante das reservas internacionais líquidas foi assinalável, tendo-se atingido a cifra de 30945 milhões de dólares em 2013, a maior de sempre. O preço médio do barril de petróleo aumentou significativamente durante o período 2009-2013: de USD 61,5 para USD 108,6 (variação de 76,7%). Estes fundamentos alteraram-se radicalmente em 2014, com o “stock” de reservas internacionais a diminuir praticamente 12%, relativamente a 2013. E têm estado a piorar no decurso deste ano. Na verdade, até Junho de 2015, o valor das reservas internacionais ficou-se por 24,9 mil milhões de dólares (uma diminuição de praticamente 10%).

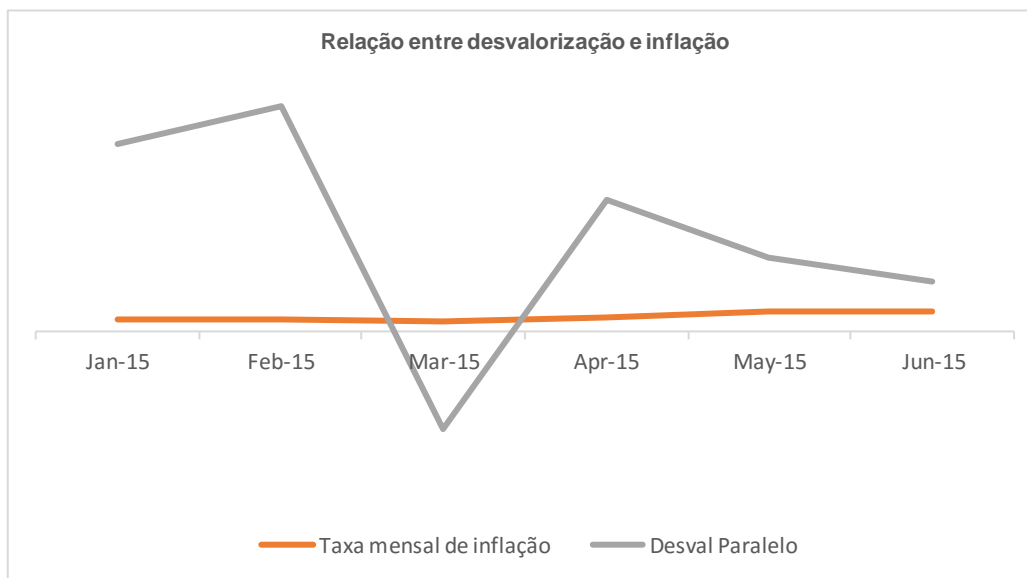


Fonte: BNA

É visível pelo gráfico anterior uma deterioração do “stock” de moeda externa, sem a qual a economia não funciona.

- f) **Depreciação da moeda:** a desvalorização do Kwanza tem-se processado, desde Dezembro de 2014, a um ritmo médio mensal de 6,9%, com reflexos evidentes sobre a taxa mensal de inflação, mesmo que não ocorra um repasse total (que nunca se verificaria, porquanto existem

outras variáveis que influenciam o comportamento geral dos preços). Numa perspectiva de médio termo este comportamento da relação monetária externa pode ajudar a criar expectativas empresariais positivas quanto aos investimentos privados na diversificação da economia.



Fonte: CEIC, Departamento de Estudos Económicos.

Porém, não pode ser apenas através dos “fundamentais” que a situação actual do país deve ser observada e analisada. Creio que os **índices de confiança** nunca estiveram tão baixos. Numa situação de crise os níveis de desconfiança aumentam sempre e em especial em Angola, cuja única fonte de divisas é o petróleo, a sua actividade, o seu preço e as suas receitas. Parece, portanto, assistir-se a uma pressão não usual sobre a disponibilidade de divisas, justamente determinada pelo aumento das dúvidas sobre se o país conseguirá ultrapassar a presente crise de pagamentos, internos e sobre o exterior. O incremento acentuado (e mesmo inusitado) da procura de divisas é um sinal de discrepância entre as expectativas dos agentes económicos e das famílias e a capacidade do país as satisfazer. Daí que empresários e cidadãos se socorram dos mais variados expedientes para comprarem moeda externa.

Continuam a ser relatadas situações de desvio de montantes significativos de moeda externa dos bancos para o mercado paralelo, não se entendendo como não é possível estancá-las, até porque parecem existir há muito tempo⁸.

⁸ O recente episódio do milhão de dólares (mais uns trocos) escondidos numa aeronave da TAAG (LUSA 6 de Agosto de 2015), cujo voo se destinava à China é uma prova cabal de que o mercado cambial e o sistema bancário nacional estão a enfrentar uma relativa desordem, que num clima de desconfiança crescente é aproveitado pelos mais afoitos e desonestos. Mas se a fuga de divisas também tem por protagonistas algumas figuras de proa da nossa sociedade, é caso para se dizer, como o povo o faz, “ou há moralidade ou comem todos”.

O repatriamento de capitais continua a ser significativo (basta olhar para a Balança de Pagamentos), mesmo depois de amortizado o investimento inicial. Ou seja, não existe suficiente confiança para que os lucros se reinvestam na totalidade. A nova referência da diversificação da economia não constitui, por enquanto, motivo bastante para alterar expectativas negativas influenciadas pela crise de moeda externa.

Mas também se aventa como razão de escassez – apesar do fluxo continuado de divisas disponibilizadas pelo Banco Central – a saída de malas com moeda externa através das fronteiras terrestres e aéreas, o que, a ser verdade, pode ajudar a compreender, pelo menos em parte, o destino do dinheiro colocado à disposição dos bancos comerciais. Para além de, se confirmadas estas situações, serem casos de polícia, não é menos verdade que configuram, também, ocorrências evidentes de tráfico de influências e de exercício de pressões espúrias sobre os mecanismos normais de acesso a divisas e às transferências.

A sistemática discrepância entre os bancos comerciais e o Banco Central quanto à disponibilidade de divisas é um facto que se não entende cabalmente. Os agentes económicos e os cidadãos em geral não se sentem confortáveis quando as suas necessidades de transferências bancárias para o exterior não são satisfeitas. E é neste contexto que se tem assistido a uma troca de argumentos entre os bancos comerciais – sujeito a uma pressão sem precedentes para a venda de divisas para os mais variados efeitos – e o Banco Central que continua a afirmar que o montante semanal de divisas leiloado no mercado inter-bancário não tem diminuído.

Olhando para as estatísticas do BNA, conclui-se, na verdade, que a disponibilização de divisas até tem aumentado, conforme se constata pela tabela seguinte.

VENDA DE DIVISAS À ECONOMIA (milhões USD)				
	2015	2014	2013	2012
Janeiro	1549,5	1636,1	1300,0	1300,0
Fevereiro	1495,0	1190,0	1412,0	1430,0
Março	1540,1	1075,0	1540,0	1278,6
Abril	1357,3	950,0	1930,0	1300,0
Mai	1299,7	1660,0	1800,0	1515,0
Junho	2219,6	2620,0	1652,5	1502,2
Total	9461,2	9131,1	9634,5	8325,8

Fonte: BNA

Em variação homóloga (1º semestre de 2014 e 2015) o montante de divisas disponibilizadas aumentou 3,6% (contra uma diminuição de -5,2% em período equivalente de 2014/2013), sendo, por outro lado, o montante semestral de 2015 praticamente o mesmo de 2013. Não se têm notícias de que em 2012 – ainda que o Banco Central tenha iniciado, nessa altura, um processo de racionalização das vendas das divisas à economia e às famílias – e 2013 tivessem ocorrido situações tão graves de atrasos e não concessão de transferências como agora (desde final do ano passado). Os

montantes disponibilizados pelo Banco Central angolano são suficientes para sossegar os mercados e diminuir o nervosismo dos agentes económicos e das famílias. Porém, não é isso que se verifica, urgindo, conseqüentemente, encontrar as razões de fundo para que a escassez de divisas continue sendo a situação normal junto dos bancos comerciais:

- A falta de confiança na economia nacional incrementa a procura de divisas como refúgio de poupanças e resguardo de piorias a médio prazo?
- Aumento da procura de divisas por motivo precaução, face às revisões em baixa do crescimento económico do país?
- Incremento da procura de moeda externa por motivo especulação (aproveitamento das oportunidades de ganhos fáceis propiciadas pela não satisfação da demanda oficial desta mercadoria)?
- Transferências de montantes exorbitantes de divisas pela “porta do cavalo”, sem que os mecanismos de controlo legalmente estabelecidos funcionem?

Qualquer que seja o ângulo de análise e mesmo que existam vários países num só, Angola e a sua economia estão em crise económica e financeira, mas o Governo esconde a sua verdadeira dimensão e tenta, pela via dos empréstimos externos, mitigar os já evidentes efeitos de contracção da actividade económica (visualizados pelas várias correcções em baixa da taxa de crescimento do PIB), de paralisação de muitas empresas, de aumento do desemprego, da perda de confiança dos agentes económicos (empresas, famílias e instituições financeiras) e do incremento da pobreza. Mas os empréstimos externos podem ser solução de curto prazo (talvez para este e o próximo ano), mas nunca de médio ou longo prazo, quando o país precisa de assegurar a sustentabilidade da dívida pública, melhorar as condições de vida da população mais pobre e remediada, intensificar a produção e as exportações e fomentar a agro-industrialização.

Porém, a questão central é quanto ao futuro. Com receitas petrolíferas em queda (na melhor das hipóteses estagnadas), sem outros produtos exportáveis da dimensão do petróleo e com um clima geral de negócios muito pouco propício ao incremento sustentado do investimento privado⁹, o crescimento económico vai defrontar-se com muitas dificuldades, até porque os processos de diversificação têm o seu “timing”, não valendo a pena pensar-se na possibilidade de uma aceleração que faça perigar os seus fundamentos mais essenciais, como a competitividade, a melhoria da qualidade do emprego, a produtividade geral dos factores de produção, a desconcentração das

⁹ Banco Mundial, Doing Business 2015: posição 181 entre 189 países e o segundo pior país da SADC para se fazerem negócios.

exportações e o adensamento da malha de relações inter-sectoriais. Não é aconselhável uma estratégia do vale tudo para se recuperarem os atrasos e a perda de oportunidades de um processo que deveria ter-se iniciado “anteontem”.

Luanda, 2 de Agosto de 2015.

FICHA TÉCNICA

Autor: Alves da Rocha

Editor

Depósito Legal: